



ESPAÇOS DE LAZER NO RECIFE: UMA CARTOGRAFIA DA PRIMEIRA PRAÇA DA INFÂNCIA

Dayana Mylena dos Santos Baier¹
Paula Marques Braga²
Bruno Modesto Silvestre³

RESUMO: A pesquisa teve como objetivo investigar a implementação da Primeira Praça da Infância da cidade do Recife. O artigo contextualiza essa política pública de lazer e analisa as aproximações e distanciamentos entre as etapas de planejamento e execução do projeto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, realizada a partir de análise documental, observações e descrições cartográficas. A cartografia permitiu registrar os elementos objetivos sobre a estruturação do local, as possibilidades de interação entre os sujeitos e a articulação da praça da infância como espaço urbano de sociabilidade. Foram identificadas aproximações entre o planejamento da política e a sua implementação, assim como distanciamentos e a necessidade de adequações estruturais. Considera-se, desse modo, que a gestão e o controle social são elementos fundamentais para a implementação e continuidade do projeto Praça da Infância como um todo.

Palavras-chave: Lazer; Política Pública; Recife; Espaço Urbano.

LEISURE SPACES IN RECIFE: A CARTOGRAPHY OF THE FIRST CHILDHOOD SQUARE

ABSTRACT: The research aimed to investigate the implementation of the First Childhood Square in the city of Recife. The article contextualizes this public leisure policy and analyzes the approaches and differences between the planning and execution stages of the project. It is qualitative research, conducted through documentary analysis, observations, and cartographic descriptions. In this sense, cartography allowed for recording objective elements about the structuring of the site, the possibilities of interaction among individuals, and the articulation of the childhood square as an urban space for socialization. Approaches between policy planning and implementation were identified, as well as gaps and the need for structural adjustments. It is considered, therefore, that management and social control are fundamental elements for the implementation and continuity of the Childhood Square project.

Keywords: Leisure; Public Policy; Recife; Urban Space.

¹ Licenciada em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco. Especialista em Exercício Clínico e Psicomotricidade. E-mail: dayana_mylena@hotmail.com.

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: paula.bragamb@gmail.com.

³ Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco. E-mail: bruno.modesto@upe.br.

ESPACIOS DE OCIO EN RECIFE: UNA CARTOGRAFÍA DE LA PRIMERA PLAZA DE LA INFANCIA

RESUMEN: La investigación tuvo como objetivo investigar la implementación de la Primera Plaza de la Infancia de la ciudad de Recife. El artículo contextualiza esta política pública de ocio y analiza las similitudes y diferencias entre las etapas de planificación y ejecución del proyecto. Se trata de una investigación cualitativa de carácter exploratorio, realizada a través de análisis documental, observaciones y descripciones cartográficas. En este sentido, la cartografía permitió registrar los elementos objetivos sobre la estructuración del lugar, las posibilidades de interacción entre los sujetos y la articulación de la plaza de la infancia como espacio urbano de sociabilidad. Se identificaron similitudes entre la planificación de la política y su implementación, así como diferencias y la necesidad de ajustes estructurales. Se considera, por lo tanto, que la gestión y el control social son elementos fundamentales para la implementación y continuidad del proyecto de la Plaza de la Infancia en su conjunto.

Palabras clave: Ocio; Política Pública; Recife; Espacio Urbano.

INTRODUÇÃO

Os espaços públicos sempre desempenharam um papel significativo na estruturação urbana do Recife⁴, definindo as dinâmicas e as paisagens da cidade (Almeida, 2005). Deve-se considerar ainda que muitos desses espaços, entre jardins públicos e particulares, desenhados por Roberto Burle Marx⁵ na década de 1930, se tornaram marcos da cidade, sendo reconhecidos como patrimônio histórico e ambiental. A cidade, nesse sentido, é identificada como referência para o estudo da paisagem e dos espaços urbanos no Brasil (Pessoa; Carneiro, 2003).

Os parques urbanos emergem como importantes equipamentos de lazer a partir do século XIX. Contendo elementos naturais, figuram como refúgios em meio aos efeitos deletérios da cidade industrial. Os avanços técnicos no campo da Engenharia Sanitarista, com a intenção de sanear as cidades que sofriam com epidemias nesse período, permitiram a reconfiguração das ruas como espaços de convívio e lazer (Sennett, 2020). A partir desse

⁴ Os aspectos que caracterizam a história da evolução urbana do Recife podem ser divididos, segundo Almeida (2005), em três grandes períodos, que marcam de forma significativa esse processo. Primeiramente, temos a ocupação do sítio pelos portugueses no século XVI, até o governo flamengo entre 1630 e 1654. O segundo momento inicia-se com o retorno luso-brasileiro após a expulsão flamenga, abrangendo desde o barroco do século XVIII até o período marcado pelo crescimento e modernização urbana do século XIX. O terceiro momento destacado pela autora, por fim, é o intervalo marcado pelos planos e intervenções urbanas na cidade durante a primeira metade do século XX, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1950, incluindo os avanços no planejamento urbano quanto à criação e ao ordenamento dos espaços públicos.

⁵ Reconhecido arquiteto, paisagista e artista plástico, Burle Marx firmou no Recife uma tradição do paisagismo que se afastou dos modelos europeizados, consolidando as raízes do paisagismo no Brasil (Pessoa; Carneiro, 2003).

entendimento, os parques e praças adquiriram papel essencial no desenho urbano, com a intenção de se buscar um “equilíbrio” entre a vida urbana e a necessidade de se “cultivar o espírito”, algo que o ideário moderno incorporaria à imagem de cidade que se almejava alcançar.

No entanto, os parques urbanos foram historicamente implementados nas áreas de maior concentração de renda, pensados pela elite e para a elite econômica dos grandes centros urbanos (Pacheco; Raimundo, 2015; Silva; Bezerra; Silva, 2024). No caso da cidade do Recife, essa realidade pode ser observada pela distribuição desigual dos parques em relação ao território, com maior concentração nas Regiões Político-Administrativas que apresentam maiores indicadores econômicos e sociais e uma população majoritariamente branca (Silva; Bezerra; Silva, 2024).

Ao se considerar o papel desempenhado pelo desenho das praças e as desigualdades na distribuição dos parques na configuração da cidade do Recife, a compreensão do atual papel dos espaços públicos de lazer na dinâmica urbana e na vida da população do município também se mostra pertinente. Discussões sobre os espaços públicos são caras ao campo do lazer. Exemplo disso é a revisão sistemática integrativa realizada por Brito e Rodrigues (2020), que identificou uma grande diversidade de artigos e enfoques relacionados à temática⁶.

Nesse campo de discussão, este estudo aborda a Praça da Infância (PI), um projeto gestado a partir de 2020 pela Prefeitura do Recife. Tais praças, de acordo com o *Guia de Princípios para remodelação das Praças para Infância* (Recife, 2023), foram planejadas por um conjunto de profissionais especializados e contaram com sugestões de crianças e adultos que vivem e circulam pelas regiões de implementação. Trata-se de locais destinados ao público infantil, pensados para o brincar, com diferentes possibilidades de exploração, inovações arquitetônicas nos equipamentos instalados e na forma de se ocupar o espaço público de lazer na cidade⁷ (Recife, 2023).

A Primeira Praça da Infância (PPI) está situada no bairro da Encruzilhada, na zona norte da cidade. Foi inaugurada em 29 de março de 2023 e contou com um investimento na ordem de 1,8 milhão (Prefeitura do Recife, 2023). A implementação da PPI ocorreu em uma

⁶ Dentre os 21 artigos selecionados, os autores identificaram três grandes eixos temáticos: (1) artigos que tratam especificamente de questões relacionadas à gestão e políticas públicas dos espaços de lazer; (2) artigos que se dedicam a discussões sobre a apropriação dos espaços de lazer e; (3) artigos que enfocam as atividades e vivências realizadas nos espaços públicos de lazer.

⁷ As PIs do Recife no que tange a classificação de equipamentos específicos e não específicos, realizada por Pellegrin (2004), dizem respeito à equipamentos específicos de lazer.

praça pública denominada Dom Miguel Valverde (PDMV), então com uma estrutura precária, há anos sem manutenção e em más condições para utilização (Diário de Pernambuco, 2018). Além da PPI, o *Guia de Princípios para remodelação das Praças para Infância* prevê a implementação de mais 10 praças distribuídas pela cidade⁸ (Recife, 2023).

Destacar o investimento público nas PIs se mostra importante, pois, embora o lazer seja um direito assegurado na Constituição Federal de 1988⁹, é nítida a sua fragilidade orçamentária frente aos demais direitos sociais, o que reflete na pouca participação da subfunção lazer no orçamento dos diferentes entes federados. Cabe destacar, no entanto, que os municípios são aqueles que mais contribuem no direcionamento de recursos para o lazer, sendo, portanto, os principais responsáveis pela implementação de políticas públicas de lazer no Brasil (Carneiro; Pintos, 2021).

Desse modo, mostra-se relevante investigar a implementação de políticas de lazer capitaneadas pelo poder público municipal, dentre elas a criação, a manutenção e os usos dos parques públicos. Afinal, uma política pública não pode ser traduzida apenas por meio das disputas intrínsecas às tomadas de decisão, sua implementação é fruto de um processo complexo e contraditório entre as determinações legais e sua operacionalização, que articula tanto os determinantes estruturais como as forças sociais e políticas que atuam sobre ela (Boschetti, 2009).

Com esses debates em vista, esta pesquisa teve por objetivo, a partir da descrição e análise dos elementos cartográficos do local, analisar a implementação da Primeira Praça da Infância da cidade do Recife. Buscou-se, desse modo, identificar as aproximações e distanciamentos entre a elaboração e a concretização dessa política pública, assim como as vivências e práticas de lazer observadas nesse espaço.

PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, que fez uso da triangulação de dados (Flick, 2009) para investigar os elementos pertinentes à implementação da

⁸ A título de exemplificação, dentre as praças entregues, a segunda está localizada no Compaz Miguel Arraes, a terceira na rotatória da Avenida San Martin, e a quarta tem como referência o bairro do Ibura (Prefeitura do Recife, 2023). No caso da terceira praça, entregue em setembro de 2023, foram alocados cerca de R\$ 1,5 milhão, enquanto a quarta contou com investimentos da ordem de R\$ 630 mil (Prefeitura do Recife, 2023).

⁹ O direito ao lazer encontra-se na Constituição Federal de 1988 como um direito social, conforme o artigo 6º, artigo 7º, IV, artigo 217, § 3º, e artigo 227, assim como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (Brasil, 1998).

PPI. Para tal, foram utilizados instrumentos de observação cartográfica e da análise de documentos (Markoni; Lakatos, 2010) relacionadas à PI e à implementação da PPI.

O ponto de partida foi a realização da análise do *Guia de Princípios para remodelação das Praças para Infância* (Recife, 2023), em adição à análise de documentos oficiais relacionados à PI, especialmente no Diário Oficial do Município e nas páginas oficiais da Prefeitura do Recife. Além disso, foram selecionados materiais de caráter jornalístico que acrescentaram elementos históricos sobre o local de implementação da PPI.

A pesquisa de campo ocorreu no local de implementação da PPI em doze dias não subsequentes, sendo um dia por semana durante três meses (novembro de 2023 a janeiro de 2024). As observações iniciais foram realizadas nos dias úteis da semana; as últimas quatro, por sua vez, foram realizadas aos finais de semana. Tal organização teve o intuito de abarcar toda a dinâmica de uma semana típica na localidade investigada.

A Cartografia Social possibilitou a caracterização do ambiente e a subsequente análise dos aspectos físicos e sua influência no contexto social. A cartografia, nesse sentido, permite mapear diferentes aspectos do território, bem como realizar análises conjuntas de questões que, a princípio, poderiam ser observadas de formas distintas. Enquanto o mapeamento tradicional possibilita o diagnóstico de uma determinada área a partir de dados objetivos, como, por exemplo, o uso do solo e os dados da mobilidade urbana, a Cartografia Social cumpre um papel complementar fundamental. É ela que permite o registro de dados sensíveis acerca das formas de apropriação real dos usos dos espaços analisados.

A partir dessa perspectiva, as observações foram registradas em diários de campo, com descrições dos aspectos estruturais e sociais do local, assim como o relacionamento dos frequentadores com o espaço e com os outros. Buscou-se atentar, portanto, para as características da praça; para as formas de moradia e comércio de seu entorno; para os equipamentos disponíveis; para a acessibilidade do local, comodidade e inclusão; para a segurança ou riscos aparentes e para a adaptabilidade às questões climáticas; e também para as maneiras como comunidades e grupos sociais se apropriam dos espaços, imprimindo ali expressões culturais particulares que levam a transformações na configuração dos territórios. Esses são dados subjetivos essenciais que a cartografia e suas ferramentas (o desenho, a fotografia, a escrita) permitem registrar (Vargas, 2008).

Dentre os instrumentos cartográficos utilizados, foram selecionados “mapas-satélites” da região, assim como fotografias e esquemas de imagens que auxiliaram na caracterização e análise do espaço. Esse modo de utilização da cartografia, além do próprio entendimento do espaço,

permite a apreensão dos fenômenos humanos e sociais observados (Prado Filho; Teti, 2013).

Com esses elementos em vista, os aspectos da formulação e do planejamento encontrados nos documentos sobre a PPI foram relacionados com elementos apreendidos na realidade, buscando, por meio de um olhar crítico, apontar aproximações e distanciamentos entre as etapas de elaboração e implementação dessa política pública.

AS PRAÇAS DA INFÂNCIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER: DAS DETERMINAÇÕES LEGAIS À IMPLEMENTAÇÃO

O Plano Diretor de Recife (PDR) é um instrumento da política urbana que apresenta leis, princípios e objetivos de responsabilidade do município e de seu desenvolvimento como um todo. Abrange, por exemplo, os aspectos relacionados aos espaços públicos voltados para o lazer (Recife, 2021). O lazer é citado dezesseis vezes na última versão do PDR, com destaque para seguintes os trechos: Título I, capítulo II, artigo 3º, § 1º - “o princípio da função socioambiental da cidade, de oferecer aos seus habitantes o direito de usufruir de infraestruturas urbanas de lazer”; Título I, capítulo III, artigo 4º - “o objetivo de assegurar às gerações presentes e futuras o direito ao lazer” (Recife, 2021).

No Título II, capítulo I, artigo 20, o PDR destaca a busca por ampliar espaços verdes públicos, visando atender a demanda crescente por espaços de lazer. Mas, é o Capítulo II, artigo 23, que mais interessa a esta pesquisa, visto que apresenta a necessidade de fornecer bases para a construção de equipamentos, assim como espaços públicos verdes e de lazer, como parques e praças. Semelhante à seção XI, artigo 146, sobre a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos de lazer e áreas verdes e ao Capítulo IX, artigo 184, seção IV, em que destaca a importância da expansão e requalificação das redes de equipamentos de lazer, principalmente em áreas de maior vulnerabilidade social (Recife, 2021).

A despeito do PDR, observa-se, conforme destacado na introdução, uma grande desigualdade na distribuição dos parques públicos e áreas de lazer na cidade do Recife, com concentração nas regiões mais elitizadas em detrimento das regiões periféricas da cidade (Silva; Bezerra; Silva, 2024). Um retrato dessa realidade é que, apesar de Recife ostentar o título de ser a segunda capital do país com mais áreas verdes urbanas, a maior parte dessas áreas não é acessível à população, sobretudo a de menor renda (Moraes, 2023).

O fato é que a busca por ambientes abertos e salubres e, conseqüentemente, a

valorização de espaços públicos ao ar livre, principalmente em momentos de lazer, se ampliou após a pandemia da Covid-19. Esse cenário exige do poder público uma cidade com maiores possibilidades de espaços verdes, amplos e abertos, como novos parques e praças (Ximenes; Maglio, 2020). É a partir desse contexto, portanto, que a PI foi anunciada como política pública de lazer.

A partir do Projeto PI, praças estão sendo revitalizadas e construídas por meio de um planejamento colaborativo, com participação de profissionais da área e de crianças e adultos que utilizarão esses espaços (Secretaria de Turismo e Lazer, 2023). De acordo com o poder público local, trata-se de um projeto voltado para requalificação de praças da cidade e também pensado na atenção ao público infantil:

O projeto é elaborado a partir do “Guia de princípios para remodelação das praças para infância”, organizado pela Prefeitura do Recife, visando a requalificação paisagística que assegure a motivação de ações voltadas à inclusão, segurança, liberdade, orgulho e visibilidade das crianças (Secretaria de Turismo e Lazer, 2023).

Houve, nesse sentido, mobilização da população do entorno, com ações voltadas para melhores condições do espaço, inclusive por meio de uma carta escrita e enviada à Prefeitura do Recife em 2017 (Diário de Pernambuco, 2018). Antes de iniciarem as obras, os responsáveis pelas intervenções sociais da Secretaria Executiva de Inovação Urbana visitaram a Escola Municipal Engenheiro Ednaldo Mirante de Oliveira (EMEEMO), que fica no entorno da PDMV, para escutar as crianças e adultos que ali estavam, utilizando entrevistas e oficinas de criação (Secretaria de Turismo e Lazer, 2023). A elaboração do projeto contou, portanto, com o envolvimento de parte da comunidade, com a participação de 29 crianças com idades entre 6 e 10 anos e 37 adultos que estavam levando ou buscando crianças na escola (Instituto de Arquitetos do Brasil, 2023).

Segundo a Secretaria de Turismo e Lazer do município, a PPI busca combinar natureza, brincadeiras e as tradições culturais do Recife. O projeto da PPI previu a implantação de brinquedos e elementos naturalizados que buscassem aproximar os indivíduos à natureza, aos estímulos sensoriais e à aprendizagem ao ar livre, além de oportunizar vivências de elementos culturais locais (Secretaria de Turismo e Lazer, 2023). Segundo o documento norteador, as praças são pensadas para estimular a imaginação e a interação das crianças com o espaço, utilizando materiais naturais e elementos locais, como areia, cerâmica, madeira e vegetação. A paisagem, nesse sentido, é fundamental nas PIs, com foco na preservação ambiental e no contato direto das crianças com a natureza, a partir de elementos

que estimulem o brincar livre e criativo (Recife, 2023).

A partir dos elementos balizadores da criação da política para as PIs, e com o entendimento que é fundamental a implementação de políticas públicas que criem condições para a efetivação do direito ao lazer, vale analisar os movimentos da realidade concreta relacionadas à PPI. É justamente essa a discussão realizada na próxima seção.

PRIMEIRA PRAÇA DA INFÂNCIA: UMA ANÁLISE CARTOGRÁFICA NOS PRIMEIROS MESES DE SUA IMPLEMENTAÇÃO

A PPI está situada no Bairro da Encruzilhada, muito próximo à divisa com o Bairro do Rosarinho, zona norte da cidade do Recife. Antes de sua implementação, o cenário descrito era o de abandono com o espaço público. A região, segundo a imprensa local, apresentava riscos aos moradores e frequentadores do entorno (Diário de Pernambuco, 2018). A escolha do local da PPI, vale destacar, não ocorreu de forma aleatória, mas baseada na reivindicação da população pela requalificação da PDMV (Diário de Pernambuco, 2018).

Nota-se que, esteticamente, a PPI é uma praça diferente das demais da cidade. Apresenta áreas com diferentes relevos, jardim com flores, presença de pedras personalizadas em algumas áreas, assim como representações de animais, tal como a capivara e o caranguejo. Como salientado no próprio nome, a PPI é uma praça voltada, sobretudo, à infância. Nesse sentido, avalia-se que a PPI carrega o potencial para ser uma política com impacto positivo à população da cidade, pois, conforme destacado por Tschoke e Rechia (2012), a limitação dos espaços urbanos gerou, principalmente para jovens e crianças, a redução dos espaços direcionados ao brincar, que foram aos poucos sendo deslocados das ruas e quintais para espaços limitados, cercados e pré-determinados para o lazer.

No quadro 1, abaixo, são destacados elementos relevantes da estrutura presente na PPI. Essas informações subsidiarão as análises vindouras e foram construídas a partir das observações realizadas no decorrer do trabalho de campo.

Quadro 1 – Elementos constituintes da primeira praça da infância.

Equipamento/Natureza	Quantidade
Árvores/Arbustos	Cerca de 33
Brinquedos e rampas de acesso	10 brinquedos e 3 rampas de acesso
Banco para acomodação	6 bancos
Lixeiras	5 lixeiras
Câmeras de monitoramento	Em torno de 8
Materiais de Iluminação	Em torno de 12
Moradia e Comércio - do entorno	Comércio - aproximadamente 13 - dentre eles o Mercado da Encruzilhada. Incontáveis moradias entre prédios, condomínios e casas.
Paradas de ônibus no entorno	10 paradas de ônibus

Fonte: Elaboração própria a partir das observações.

Alguns aspectos observados apresentam aproximação com os registros dos documentos oficiais da Prefeitura do Recife, especificamente da Secretaria de Turismo e Lazer, como no caso das árvores presentes no local. A PPI conta com brinquedos comuns (como balanços e gangorras) e não comuns (como a Casa Silo, o Trepa-troncos, o Relevô de Madeira e o Pula-Pula embutido). Dentre esses, vale destacar o pula-pula embutido, que atendeu às solicitações das crianças quando manifestaram a vontade de opções para “pular” no período de planejamento do projeto (Recife, 2023).

Figura 1 – Pula-Pula embutido.



Fonte: Autoria própria em 25/01/2024.

Figura 2 – Relevo de Madeira.



Fonte: Folha de Pernambuco, 2023 - Foto: Hélia Scheppa/PCR.

O Relevo de Madeira é um dos brinquedos não tradicionais da PPI e conta com uma estrutura de aclives e declives. Apesar da estética integrada à proposta da praça, não se trata de um equipamento comumente utilizado para o brincar. Foram poucas as crianças que exploraram e brincaram nesse equipamento nos dias de observação. Por outro lado, foi notada a utilização do Relevo de Madeira para encosto e descanso, como um banco comum, por adolescentes e adultos. Tal fato, prejudica a conservação e reduz as variadas formas de brincar das crianças. Avalia-se que se trata de uma das consequências da pouca disponibilidade de bancos e locais para descanso na PPI, o que leva, impreterivelmente, à necessidade de criação de estruturas para descanso dos usuários.

A PPI é uma praça relativamente arborizada que conta com trinta e três árvores e arbustos, o que torna alguns pontos da praça utilizáveis em dias ensolarados. No entanto, foi possível observar, que, em dias de chuva, as crianças, assim como os demais usuários do local, ficam totalmente expostos e desabrigados, buscando se amparar em outros estabelecimentos próximos. Esse é um fator que distancia o projeto do seu plano inicial, o de oferecer um espaço público de lazer adequado às condições da região em que foi implementado e com possibilidade de comodidade e segurança.

Dessa forma, em dias com médios e altos índices pluviométricos a praça se torna pouco frequentada, contando apenas com a evidente presença dos pombos e dos guardas municipais. Ficou claro, portanto, a necessidade de construção de uma estrutura que possa oferecer um mínimo de sombra e abrigo em dias de chuva e de Sol intensos. Além disso, o sistema de drenagem mostrou-se ineficiente nos dias de chuva. Foi observado o acúmulo de água em pontos específicos da praça: próximo à casa silo, ao redor do trepa-troncos, próximo

a gangorra e balanços. Desse modo, mesmo depois de cessada, pelo fato do espaço ser totalmente aberto, a água da chuva empossada se torna mais fator de risco para acidentes e impede a utilização dos equipamentos.

Figura 3 – Poça d’água formada em dia de chuva próxima da passarela da Casa Silo.

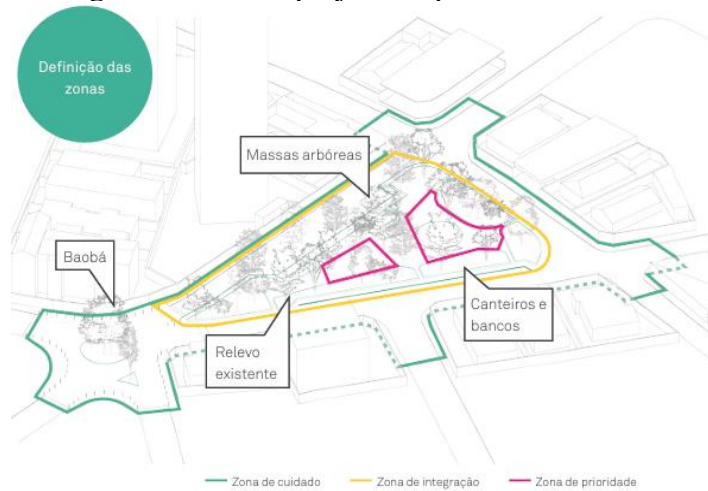


Fonte: Autoria própria em 25/01/2024.

Em relação ao quesito segurança, semelhante ao que foi apresentado pelos documentos oficiais, a PPI conta com oito câmeras de monitoramento, assim como doze equipamentos de iluminação espalhados pelo local. Além disso, durante as observações estava sempre com a presença de dois guardas municipais.

O planejamento da PPI previu a sua organização em três zonas: Zona de Prioridade (áreas voltadas exclusivamente para as crianças e seus cuidadores, buscando a liberdade e segurança); Zona de Integração (espaços compartilhados entre adultos e crianças, focando na convivência harmoniosa) e Zona de Cuidado (áreas de conexão urbana, que demandam atenção especial à segurança das crianças) (Recife, 2023), conforme a imagem a seguir:

Figura 4 – Zonas projetadas para a PPI.



Fonte: Guia de Princípios para Remodelação das Praças para Infância (Recife, 2023).

Embora esteja bem clara a definição das áreas e dos seus objetivos, observou-se falhas em relação a zona de cuidado e a segurança das crianças. Afinal, chama atenção a velocidade com que os veículos transitam ao redor da praça, em muitos casos acima dos 30km/h, velocidade máxima permitida. Trata-se de um problema grave, pois a praça não possui uma barreira física adequada que a separe das vias locais. Em um dos lados, há apenas hastes de cerca de 80 cm instaladas a cada metro e que demarcam o final da rua e o início da calçada da praça. Essas estruturas cumprem a função de impedir que os veículos subam nas calçadas, mas não oferece segurança para o público que frequenta o espaço, principalmente para as crianças e adolescentes. Como não há um desnível entre rua e calçada e ambos têm o mesmo pavimento (blocos coloridos de concreto), foi presenciado, por diversas vezes, crianças que se deslocaram em direção às ruas no momento em que brincavam de diferentes jogos populares, a exemplo do pega-pega e dos jogos com bola. Também vale destacar que a Casa Silo, um dos brinquedos mais utilizados, possui seus escorregadores direcionados para as extremidades, e, conseqüentemente, para uma das ruas do entorno, o que reforça o risco de acidentes com os veículos do entorno.

Os fatos citados anteriormente contribuem para que muitos responsáveis não permitam que as crianças circulem ou explorem os brinquedos e a praça em geral, uma das propostas do projeto. Faz-se necessário, portanto, além da criação de estruturas que protejam os usuários, o reforço às leis de trânsito e a presença de fiscais nas ruas do entorno da PPI.

A manutenção frequente dos brinquedos também se torna imprescindível, visto que, logo no início das observações, um deles apresentou falhas. O apoio das mãos da

passarela/ponte da ‘Casa Silo’ estava quebrado deixando nítido o risco de queda para as crianças. Ainda em relação à manutenção da praça, no quesito limpeza, foi quantificada a disponibilização de cinco lixeiras, sendo uma delas a de coleta seletiva. Mesmo nesse contexto, foram notadas quantidades consideráveis de plásticos, garrafas e embalagens de alimentos pelo chão da praça.

Em relação a indicação de idade dos brinquedos, foi presenciado adultos que faziam uso da Gangorra e do Pula-Pula, mesmo com placas explícitas sobre o limite de peso e de idade. Assim, é perceptível que o equipamento específico de lazer, pensado como um espaço para as vivências infantis, não é utilizado apenas para essa finalidade.

Salientado os elementos estruturais da PPI, cabe dizer que os espaços públicos de lazer da cidade, de acordo com Tschoke e Rechia (2012), podem ser adequados ao lazer infantil, desde que estejam próximos à residência das crianças e possibilitem a vivência de práticas lúdicas. Nesse sentido, foi possível identificar, a partir das observações, a presença de adultos e crianças dos prédios e casas próximas se dirigindo à praça, assim como outros usuários que chegavam em seus veículos e bicicletas, dando a entender que, apesar de morarem mais distantes, se deslocam para frequentar esse equipamento de lazer.

O fator de aproximação com mais de vinte instituições educacionais foi crucial para escolha do local de implementação PPI (Secretaria de Turismo e Lazer, 2023). Uma escolha política que se mostrou acertada, visto que, os estudantes da EMEEMO, foram observados fazendo uso do equipamento, e também realizando ensaios para o evento natalino, em diferentes dias letivos. Em muitos dos dias observados, as crianças dessa escola estavam em grande número, uniformizados, com brinquedos como o pião e bola, realizando jogos populares e usufruindo dos brinquedos da praça. Foi interessante identificar que esses personagens, que contribuíram na idealização do projeto, puderam vivenciar a praça em suas vidas cotidianas.

Ainda em relação aos frequentadores, ao passo que as crianças, em sua maioria, buscam interagir com o espaço, com os brinquedos e com as outras crianças por meio das brincadeiras populares e do brincar espontâneo (Saura, 2013), os adolescentes, por sua vez, utilizam a praça para descansar, conversar, realizar lanches coletivos, andar de bicicleta e “jogar bola”. Os adultos repousam, conversam, interagem com as crianças nas brincadeiras, fazem caminhadas ao redor da praça, além de passear com bebês e animais de estimação. Enquanto que os idosos observam as demais pessoas utilizarem o espaço, acompanham seus netos nos brinquedos, fazem caminhada ao redor da praça e conversam com os demais.

Os usuários geralmente se organizam em grupos por alguma semelhança, seja por gostarem de utilizar um brinquedo específico, por terem a mesma faixa etária ou pela questão de classe (a exemplo das trabalhadoras que cuidam de crianças). Os idosos são os que mais interagem entre os diversos grupos, eles observam a utilização do espaço e fazem comentários sobre elementos da praça.

No que se refere à inclusão, o projeto da PPI afirma prezar por essa questão. Nesse sentido, o equipamento conta com rampas de acesso à praça e brinquedos sensoriais. Contudo, não foram identificadas pessoas com deficiência utilizando esse equipamento de lazer nos dias de observação, o que torna limitada uma análise em maior profundidade sobre essa questão.

Aos finais de semana, como esperado, a PPI é mais frequentada do que nos demais dias da semana. Tal constatação é válida para os usuários como para os vendedores de alimentos (lanches, pipoca, sorvete, doces) e brinquedos infantis. Aos finais de semana, alguns dos estabelecimentos de seu entorno também apresentam maior movimento, com músicas e grande presença de público. Em contraste, diferentemente do previsto no projeto, não foram identificadas programações culturais na própria PPI durante o período observado.

Em suma, o uso da cartografia para pesquisar a PPI possibilitou observar e analisar características e informações sobre a realidade dessa política pública de lazer que não estão disponíveis em documentos oficiais da prefeitura ou em pesquisas sobre esses ambientes da cidade. Além disso, possibilitou identificar a implementação do projeto e abrir possibilidades para avaliações, reflexões e melhorias voltadas à execução geral dessa política na cidade do Recife.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo de analisar a implementação da PPI na cidade do Recife. A partir da descrição dos elementos cartográficos, buscou-se identificar as aproximações e distanciamentos entre a elaboração e a concretização dessa política pública, assim como as vivências e práticas de lazer observadas no local.

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada a análise documental (Markoni e Lakatos, 2010) e o levantamento de informações relevantes das páginas oficiais da Prefeitura do Recife e de reportagens, relacionadas à PI e à PPI. Para os registros das observações, utilizou-se diários de campo, descrevendo os aspectos estruturais e sociais observados na

localidade. A cartografia contribuiu no mapeamento do espaço, permitindo a caracterização do ambiente e uma análise abrangente de aspectos físicos e sua influência no contexto social. O caminho trilhado, portanto, colaborou para a apreensão da realidade que a pesquisa se propôs a investigar.

A PPI mostrou-se uma política interessante enquanto um espaço específico para o lazer das crianças. Nesse sentido, ficou evidente que a implementação dessa praça refletiu alguns dos eixos presentes em seu planejamento: na inovação arquitetônica e de seus brinquedos; no pensar um ambiente de lazer infantil (proporcionando visibilidade para esse público); em buscar aproximar o usuário do espaço natural; em possibilitar um local para interação para e entre as crianças; no monitoramento com câmera, na iluminação e na presença de guardas municipais e no atendimento ao público de instituições escolares de sua proximidade.

No entanto, são perceptíveis as necessidades de melhorias e adequações nas seguintes dimensões: na segurança em relação ao trânsito; na drenagem das águas de chuva; nos espaços para comodidade/abrigo para proteção em dias de sol e chuva intensos, assim como no mobiliário de descanso; na salubridade, em relação à limpeza, especialmente quanto ao descarte inadequado e aos dejetos de animais, e à orientação sobre a responsabilidade dos usuários com o local; na manutenção dos brinquedos; nas opções de atividades culturais dirigidas por profissionais da área do lazer; e no fomento à inclusão, para além da construção das rampas de acesso.

É importante ressaltar que a PPI refletiu as demandas da comunidade local. Contudo, é necessário avaliar sua implementação bem como as necessidades que surgirem ao longo desse processo. Essa questão se torna ainda mais relevante, uma vez que o *Guia de Princípios para remodelação das Praças para Infância* prevê a implementação de mais dez praças com o mesmo projeto na cidade (Recife, 2023).

Tendo em vista o projeto de implementação de praças e a necessidade de espaços públicos de lazer na cidade, é importante frisar que a PPI não colabora para diminuir a desigualdade na distribuição dos parques públicos e áreas de lazer em Recife. Situada na zona norte, a praça foi implementada em uma região que possui mais áreas verdes e espaços de lazer quando comparada à periferia da cidade. Nesse sentido, é fundamental que a política de construção de praças e espaços públicos de lazer também seja direcionada à redução da desigualdade socioespacial da cidade.

Por fim, vale destacar que este estudo se propôs a analisar unicamente a PPI, sem

estender a investigação às demais PIs entregues até o momento, e que também são integrantes do projeto de requalificação de praças da cidade. Desse modo, novos recortes de pesquisa que abarquem questões referentes aos usos do espaço, além de aspectos como renda e o debate racial são aventados como possibilidades para reflexões futuras sobre os espaços públicos de lazer na cidade do Recife.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. A. A articulação dos espaços públicos na paisagem do Recife através da evolução urbana. *In*: PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Org). **História e Paisagem**. Ensaio urbanísticos do Recife e de São Luís. Recife: Bagaço, 2005, p. 113-146.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 de dez. 2023.

BRITO, A. C.; RODRIGUES, E. A. C. Um Recorte acerca dos Espaços Públicos de Lazer: Uma Revisão Sistemática Integrativa. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 197–229, 2020. DOI: 10.35699/2447-6218.2020.26654. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/26654>. Acesso em: 11 set. 2024.

CARNEIRO, A. R. S.; PESSOA, A. C. **Burle Marx nas praças do Recife**. In *Arquitextos Vitruvius*, [s.l.]. Ano 4, 2003. Disponível em: < <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/638>. Acesso em: 23 mar. 2024.

CARNEIRO, F. H. S.; PINTOS, A. E. O Financiamento do Lazer no Brasil pelos Diferentes Entes Federados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 160–181, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/36296>. Acesso em: 22 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Manutenção das praças do Recife é influenciada pela adoção por empresas privadas. **Diário de Pernambuco**, 27 mar. 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/03/na-zona-norte-do-recife-precas-adotadas-servem-diariamente-aos-morado.html>. Acesso em: 19 nov. 2023.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. **Praça da Infância Dom Miguel Valverde**. 27 fev. 2023. Disponível em: <https://portal.arbo.org.br/projetos/praca-da-infancia-dom-miguel-valverde/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MARCONI, M. A, LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: Métodos**. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, K. "É um mito falar que Recife tem 60m² de áreas verdes por habitante", rebate especialista. **Diário de Pernambuco**, 21 set. 2023. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2023/09/15598876-e-um-mito-falar-que-recife-tem-60m-de-areas-verdes-por-habitante-rebate-especialista.html>. Acesso em 14 set. 2024.

PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. p.43–66, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/462>. Acesso em: 11 set.

2024.

PELLEGRIN, A. Equipamento de lazer. In: GOMES, C. (org.); **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PRADO FILHO, K. TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-49, jun. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 nov. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. **Prefeitura inicia construção da quarta Praça da Infância do Recife**. 23 ago. 2023. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/23/08/2023/prefeitura-inicia-construcao-da-quarta-praca-da-infancia-do-recife>. Acesso em: 21 nov. 2023.

RECIFE. **Lei Complementar Nº 2/2021**. Institui o Plano Diretor do Município do Recife, revogando a Lei Municipal nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008. Recife, 2021. Disponível em: https://licenciamentounificado.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2022-05/PDCR%20-%20LeiComplementar%20n%C2%BA%2002.2021_DO%20Recife%20058%20Edi%C3%A7%C3%A3o%2024-04-2021-p%C3%A1ginas-4-1008%20%281%29.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.

RECIFE. **Guia de Princípios para Remodelação das Praças para Infância**. Recife: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2022/09/PRE_Guia-de-Principios_R02_alta.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

SAURA, S. C. O imaginário do lazer e do lúdico anunciado em práticas espontâneas do corpo brincante. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 1, p. 163–175, jan. 2014.

SECRETARIA DE TURISMO E LAZER. **Prefeitura do Recife entrega a Primeira Praça da Infância**. 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/31/03/2023/prefeitura-do-recife-entrega-primeira-praca-da-infancia>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SECRETARIA EXECUTIVA DE INOVAÇÃO URBANA. **San Martin ganha a terceira Praça da Infância do Recife**. 24 set. 2023. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/24/09/2023/san-martin-ganha-terceira-praca-da-infancia-do-recife>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SENNETT, R. **Construir e Habitar. Ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SILVA, M. A. L.; BEZERRA, A. C. V.; SILVA, C. E. M. Injustiças socioespaciais e ambientais no contexto urbano: uma análise espacial e de percepção sobre uso, localização e acesso aos parques urbanos na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, João Pessoa, ago. 2024. ISSN 2447-9187. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/8446>. Acesso em: 20 set. 2024.

TSCHOKE, A.; RECHIA, S. O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, n. 2, p. 263–280, abr. 2012.

VARGAS, I. A. de. Territorialidades e representações dos Terena da Terra Indígena Buriti (MS). Possibilidades didático-pedagógicas. In: SERPA, A. (Org). **Espaços Culturais. Vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 91-115

XIMENES, D.; MAGLIO, I. **A vida urbana nos espaços públicos e áreas verdes pós-pandemia**. 03 ago. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-vida-urbana-nos-espacos-publicos-e-areas-verdes-pos-pandemia/>. Acesso em: 14 fev. 2024.